

JÓNATAS E. M. MACHADO

# DIREITO DA UNIÃO EUROPEIA

---

4.<sup>A</sup> EDIÇÃO

 GESTLEGAL

# ÍNDICE

Nota Prévia .....	7
CAPÍTULO I	
HISTÓRIA DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA	
I. O contexto histórico-cultural .....	9
II. A criação das comunidades europeias.....	11
A. Os tratados fundadores .....	12
1. O Tratado de Paris.....	13
2. O Tratado de Roma.....	14
3. Reformas posteriores .....	15
4. Ato Único Europeu .....	16
5. O Tratado de Maastricht .....	16
a. Moeda Única.....	17
b. Cidadania europeia .....	18
c. Consolidação do acervo comunitário.....	19
d. Aprofundamento dos três pilares.....	19
6. Tratado de Amesterdão.....	21
7. O Tratado de Nice .....	22
a. Objetivos fundamentais .....	23
b. Alargamento e reforma institucional.....	23
B. A constitucionalização da integração europeia.....	25
1. Projeto de Tratado Constitucional Europeu .....	27
2. Tratado de Lisboa .....	28
III. Bibliografia.....	29

CAPÍTULO II  
DIREITO DA UE, DIREITO EUROPEU  
E DIREITO INTERNACIONAL

I. O direito da União Europeia .....	31
A. Considerações gerais.....	31
B. A UE como organização supranacional.....	32
C. A UE como comunidade de valores.....	34
D. A UE como comunidade de direito.....	34
II. Direito da UE e direito europeu em sentido amplo .....	35
III. Direito da UE e direito internacional .....	37
A. A presença do direito internacional no direito da UE.....	37
1. Interação desde a fundação das comunidades.....	38
2. As relações entre a UE e Estados e entidades terceiras .....	38
a. <i>Jus tractum</i> da UE .....	39
b. <i>Jus legacionis</i> da UE .....	39
3. Relações entre os Estados-Membros.....	40
B. Relação entre o direito da UE e o direito internacional .....	41
1. Subordinação da UE ao direito internacional geral.....	42
2. Subordinação da UE aos tratados internacionais .....	43
3. Direito da UE e Resoluções do Conselho de Segurança.....	45
C. Direito da UE e direitos humanos .....	50
IV. Direito da UE e direito nacional .....	51
A. Direito da UE como direito constitucional.....	51
1. O constitucionalismo e a integração europeia.....	51
a. Constitucionalismo universalista pós-Vestefália .....	52
b. Constitucionalismo global .....	53
c. Constitucionalismo funcional .....	54
d. Neo-constitucionalismo supranacional.....	54
e. Constitucionalismo quase federal .....	55
f. Constitucionalismo pós-nacional tolerante .....	56
g. Constitucionalismo multinível .....	57
h. Constitucionalismo federal.....	57
2. Características do direito da UE.....	58
3. Exigências constitucionais do direito da UE .....	60
4. Direito da UE e direito constitucional.....	61
a. Os tribunais nacionais em geral e o direito da UE.....	61

•	
b. A posição das jurisdições constitucionais.....	63
b.1. Primazia do direito constitucional europeu.....	63
b.2. Primazia do direito constitucional nacional.....	65
b.3. Tendencial paridade do direito constitucional europeu e nacional ...	68
B. Influência do direito nacional no direito da UE.....	71
C. Limitação do direito da UE pelos interesses nacionais.....	71
V. Bibliografia .....	73

**CAPÍTULO III  
ORGANIZAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA**

I. Relevo substantivo da estrutura institucional.....	77
II. Modelos de integração.....	77
A. Funcionalismo e cooperação intergovernamental.....	78
B. Supranacionalismo e federalismo.....	79
III. Repartição de competências .....	81
A. Atribuições e competências dos Estados e da UE.....	81
1. Princípios de repartição de competências .....	82
a. Princípio das atribuições limitadas .....	82
b. Princípio da subsidiariedade .....	83
c. Princípio da proporcionalidade.....	84
d. Poderes implícitos .....	85
e. Cooperação leal.....	88
f. Cooperação diferenciada .....	89
f.1. Cooperações reforçadas .....	90
f.1.1. Âmbito material .....	90
f.1.2. Procedimento de autorização.....	91
f.1.3. Regime das cooperações reforçadas.....	91
f.1.4. Adesão a uma cooperação reforçada .....	92
f.2. Derrogações à integração .....	93
g. Respeito pelas identidades nacionais .....	95
h. Respeito pela estadualidade.....	96
2. Tipos de competências.....	97
a. Competência exclusiva da UE.....	97
b. Competências partilhadas.....	99

•	
c. Competências paralelas .....	100
d. Competências de coordenação e complementação .....	101
e. Competências exclusivas dos Estados .....	101
B. Atribuições e competências dos órgãos da UE .....	102
1. Princípios de repartição de competências .....	102
a. Competência orgânica limitada .....	103
b. Paridade institucional .....	104
IV. Instituições europeias.....	105
A. Considerações gerais.....	105
1. Amplitude das responsabilidades funcionais .....	105
2. Representação e participação democrática .....	105
3. Separação e interdependência de poderes .....	106
4. Estatuto internacional da UE.....	107
B. Instituições da UE.....	108
1. Parlamento Europeu.....	109
a. História .....	110
b. Significado jurídico-político.....	110
b.1. Função de representação .....	110
b.2. Função de integração .....	111
c. Eleição .....	111
d. Composição .....	112
d.1. Deputados .....	112
d.2. Grupos políticos .....	113
d.3. Partidos políticos .....	114
e. Funcionamento.....	114
e.1. Organização .....	115
e.2. Funções e competências .....	115
e.2.1. Função legislativa .....	115
e.2.2. Consulta.....	116
e.2.3. Nomeação e eleição.....	116
e.2.4. Controlo e fiscalização.....	116
(i) Deveres de informação .....	117
(ii) Interpelação e audição.....	118
(iii) Poder de inquérito .....	118
•	

	•	
(iv) <i>Apreciação de petições</i> .....		119
(v) <i>Moções de censura</i> .....		119
(vi) <i>Publicidade</i> .....		120
<b>e.2.5. Função orçamental</b> .....		120
<b>e.3. Controlos intra-orgânicos</b> .....		121
<b>e.4. Controlos inter-orgânicos</b> .....		121
<b>2. O Conselho Europeu</b> .....		122
<b>a. Considerações gerais</b> .....		122
<b>b. Atribuições e competências</b> .....		123
<b>b.1. Função de direção política</b> .....		123
<b>b.2. Poder de decisão</b> .....		124
<b>b.3. Função de nomeação</b> .....		124
<b>b.4. Função de alteração dos Tratados</b> .....		124
<b>c. Organização e funcionamento</b> .....		124
<b>d. Presidente do Conselho Europeu</b> .....		125
<b>d.1. Considerações gerais</b> .....		125
<b>d.2. Eleição, destituição e mandato</b> .....		126
<b>d.3. Atribuições e competências</b> .....		126
<b>3. O Conselho</b> .....		127
<b>a. Considerações gerais</b> .....		127
<b>b. Atribuições e competências</b> .....		127
<b>b.1. Função legislativa</b> .....		127
<b>b.2. Função orçamental</b> .....		128
<b>b.3. Funções de coordenação</b> .....		128
<b>b.4. Função de vinculação internacional da UE</b> .....		128
<b>b.5. Função de alteração dos Tratados</b> .....		129
<b>b.6. Função de iniciativa</b> .....		129
<b>b.7. Função de controlo</b> .....		129
<b>b.8. Função de recursos humanos</b> .....		129
<b>c. Organização e funcionamento</b> .....		129
<b>c.1. Maioria qualificada e minorias de bloqueio</b> .....		131
<b>c.1.1. Ponderação de votos no Conselho Europeu e no Conselho</b> .....		132
<b>c.1.2. Antes de Novembro de 2014</b> .....		132
<b>c.1.3. A partir de 1 novembro de 2014</b> .....		133
<b>c.1.4. Entre novembro de 2014 e abril de 2017</b> .....		133
<b>c.2. Maioria simples</b> .....		134

•	
4. A Comissão Europeia .....	134
a. Considerações gerais .....	134
b. Atribuições e competências.....	134
b.1. Função de iniciativa .....	135
b.2. Função normativa .....	136
b.3. Função orçamental.....	137
b.4. Função executiva.....	138
b.5. Função de vinculação internacional.....	139
b.6. Função de representação externa.....	139
b.7. Função de representação nos Estados membros .....	139
b.8. Função de supervisão económica e orçamental.....	139
b.9. Função de controlo .....	141
c. Organização e funcionamento .....	141
c.1. Presidente da Comissão.....	141
c.1.1. Eleição e substituição .....	142
c.1.2. Funções e competências .....	143
c.2. O Alto Representante.....	143
c.2.1. Considerações gerais .....	143
c.2.2. Nomeação e mandato .....	144
c.2.3. Atribuições e competências.....	144
c.2.4. Serviços de apoio .....	145
c.3. Colégio de Comissários.....	145
c.3.1. Composição .....	145
c.3.2. Nomeação, demissão e substituição.....	146
c.3.3. Independência.....	147
c.3.4. Funcionamento .....	147
c.3.5. Processo de decisão .....	148
(i) <i>Processo oral</i> .....	148
(ii) <i>Processo escrito</i> .....	148
(iii) <i>Processo de habilitação</i> .....	149
(iv) <i>Processo de delegação</i> .....	149
c.3.6. Responsabilidade política.....	150
c.4. Direções Gerais .....	151
5. Banco Central Europeu.....	152
a. Considerações gerais .....	152
b. Organização.....	154
b.1. Conselho do BCE.....	154

	•	
b.2. Comissão Executiva.....		155
b.3. Conselho Geral do BCE.....		156
c. Funções.....		156
c.1. Função de coordenação da política monetária.....		156
c.2. Função consultiva .....		157
d. Sistema Europeu de bancos centrais.....		157
e. Eurosistema.....		160
6. Tribunal de Contas .....		160
a. Considerações gerais .....		160
b. Atribuições e competências.....		161
c. Composição, organização e funcionamento .....		162
7. Órgãos consultivos .....		163
a. Comité Económico e Social Europeu.....		163
b. Comité das Regiões Europeu .....		165
c. Comité Político e de Segurança.....		166
d. Comité Económico e Financeiro.....		166
e. Comité de Proteção Social .....		167
f. Comité do Emprego.....		167
g. Banco Europeu de Investimento .....		167
8. Agências administrativas da UE .....		168
a. Considerações gerais .....		168
b. Tipologia das agências europeias.....		169
c. Razão de ser.....		170
9. Entidades híbridas: o MEE.....		171
10. O papel dos parlamentos nacionais .....		173
a. Democracia representativa europeia .....		174
b. Os parlamentos nacionais como órgãos da UE .....		174
c. O papel da Assembleia da República.....		175
V. Bibliografia .....		176

**CAPÍTULO IV  
ESTRUTURAS NORMATIVAS**

I. O direito europeu.....		179
II. Características do sistema jurídico europeu.....		180
III. Estruturas normativas do direito da UE.....		180
A. Direito primário.....		181
1. Tratados instituidores e de revisão .....		181



2. Protocolos adicionais, declarações e atos de complementação.....	183
3. Tratados internacionais de direito primário da UE.....	184
4. Condições de admissão e atos de adesão.....	186
5. Princípios gerais do direito da UE.....	186
<b>B. Direito secundário e terciário .....</b>	<b>190</b>
1. Os procedimentos de produção normativa.....	191
a. Considerações gerais.....	192
b. Processo legislativo ordinário .....	193
b.1. Iniciativa da Comissão.....	194
b.2. Primeira leitura.....	194
b.3. Segunda leitura .....	195
b.4. Conciliação .....	195
b.5. Terceira leitura.....	195
b.6. Assinatura, publicação e entrada em vigor.....	196
b.7. Desvios ao padrão básico.....	196
c. Processos legislativos especiais.....	197
d. Participação dos parlamentos nacionais.....	198
e. Outros processos de produção de atos jurídicos.....	200
e.1. Atos delegados.....	201
e.2. Atos de execução.....	202
e.3. Produção de atos não vinculativos.....	204
e.4. Estrutura do JOUE.....	205
2. O direito secundário e terciário em especial .....	206
a. Regulamentos.....	206
b. Diretivas.....	208
b.1. Transposição .....	209
b.2. Execução, aplicabilidade direta e indireta.....	213
b.3. Défice de transposição .....	215
c. Decisões.....	217
d. Orçamento .....	218
e. Recomendações e pareceres.....	218
f. Outros atos da UE.....	219
<b>C. Fontes AEUE e PESC.....</b>	<b>220</b>
1. Decisões de iniciativa comum .....	222
a. Decisões estratégicas.....	223
b. Ações da UE .....	224
c. Posições da UE.....	225

	•	
2.	Decisões de execução.....	226
3.	Abordagem comum.....	227
4.	Tratados internacionais.....	227
a.	Processo de vinculação .....	228
b.	Regime jurídico.....	229
c.	Tratados internacionais PESC.....	230
D.	As fontes no âmbito da CJAI.....	231
1.	Orientações estratégicas.....	231
2.	Medidas administrativas de coordenação.....	232
3.	Regulamentos-quadro.....	232
4.	Diretivas de regras mínimas .....	233
5.	Medidas provisórias.....	234
6.	Decisões .....	234
7.	Acordos com países terceiros .....	235
8.	Publicação oficial.....	235
E.	Outros atos.....	236
IV.	Força normativa do sistema jurídico europeu .....	236
A.	Regras de ordenação hierárquica.....	237
B.	Primazia do direito da UE .....	237
C.	Efeito direto do direito da UE .....	238
D.	Interpretação e aplicação do direito da UE.....	240
1.	Princípios de interpretação .....	240
a.	Elementos tradicionais no direito da UE .....	240
a.1.	Elemento textual e gramatical .....	241
a.2.	Elemento lógico-sistemático.....	242
a.3.	Elemento histórico e genético .....	243
a.4.	Elemento teleológico e racional.....	244
b.	Princípios específicos da interpretação do direito da UE.....	245
c.	Outros princípios de interpretação .....	246
2.	Princípios de aplicação do direito da UE.....	247
V.	Processos de revisão dos tratados .....	248
A.	Considerações gerais.....	248
B.	Processo ordinário .....	248
1.	Apresentação de projetos de revisão.....	248
2.	Decisão sobre a análise das alterações propostas.....	249
3.	Decisão de aprovação das alterações propostas.....	249
a.	Convenção.....	249

•

b. Conferência de Representantes dos Governos.....	249
4. Entrada em vigor das alterações.....	249
C. Processos simplificados de revisão.....	250
1. Alteração das políticas internas e das ações.....	250
2. Alterações de normas de competências do TFUE.....	251
3. Alteração do processo de decisão.....	251
4. Alterações atípicas através do direito internacional.....	252
<b>VI. Bibliografia.....</b>	<b>252</b>

**CAPÍTULO V**  
**CIDADANIA EUROPEIA E DIREITOS**  
**E LIBERDADES FUNDAMENTAIS**

<b>I. Introdução.....</b>	<b>255</b>
<b>II. Cidadania Europeia.....</b>	<b>256</b>
A. Introdução.....	256
B. Direitos de cidadania europeia.....	258
1. Proibição de discriminação.....	259
2. Livre circulação e residência.....	260
a. Livre circulação.....	261
b. Residência temporária.....	262
c. Residência permanente.....	263
c.1. Entrada e permanência no território da UE.....	263
c.2. Cidadãos de países terceiros familiares de cidadãos da UE.....	264
3. Direito de sufrágio.....	266
a. Eleições para o PE.....	267
b. Eleições municipais.....	268
4. Proteção diplomática e consular.....	269
5. Iniciativa dos cidadãos.....	270
6. Direito a uma boa administração.....	272
7. Direito de acesso a documentos.....	272
8. Direito de petição e de queixa.....	273
C. Impacto da cidadania europeia na cidadania nacional.....	273
<b>III. A proteção dos direitos fundamentais.....</b>	<b>274</b>
A. Imprevisão inicial de direitos fundamentais.....	274

	•	
B. Fundamentalização dos direitos no processo de integração .....		275
1. Consagração formal: a Carta de Direitos da UE.....		277
2. Elaboração e aprovação .....		278
3. Conteúdo normativo .....		278
a. Dignidade.....		280
b. Liberdade .....		280
c. Igualdade.....		282
d. Solidariedade.....		283
e. Justiça.....		283
4. Força jurídica, interpretação e aplicação.....		284
IV. A UE e a CEDH .....		289
A. Imposição de adesão à CEDH pelo Tratado de Lisboa .....		289
B. O Acordo de Adesão da UE à CEDH.....		290
V. Liberdades fundamentais do mercado interno .....		292
A. Mercado interno .....		293
1. Considerações gerais.....		293
2. O mercado interno e a integração europeia .....		294
3. Refrações institucionais e processuais .....		295
B. Liberdades fundamentais .....		295
1. Estrutura .....		296
2. Titulares e destinatários .....		297
3. Convergência.....		298
C. Livre circulação de mercadorias .....		300
1. União Aduaneira .....		300
2. Âmbito de proteção e conceito de mercadoria .....		302
3. Programa normativo .....		305
a. Considerações gerais .....		305
b. Direitos aduaneiros e encargos de efeito equivalente.....		306
c. Restrições quantitativas e medidas de efeito equivalente.....		307
d. Princípio do mútuo reconhecimento.....		313
4. Titulares, destinatários e efeitos jurídicos .....		316
5. Monopólios nacionais.....		318
6. Restrições.....		319
a. Conceito de restrição .....		319
b. Fundamentos das restrições.....		321
c. Limites das restrições.....		323

7. Tributação nacional.....	324
a. Incidência direta ou indireta.....	325
b. Discriminação .....	325
c. Produtos similares .....	326
d. Proteção indireta de outras produções .....	327
D. Livre circulação de trabalhadores.....	328
1. Âmbito de proteção e conceito de trabalhador.....	330
a. Trabalhador e atividade assalariada .....	330
b. Função pública.....	333
2. Programa normativo.....	334
a. Acesso à profissão e exercício da profissão .....	335
b. Condições de trabalho .....	336
c. Proibição de discriminação .....	337
d. Reconhecimento de habilitações académicas e profissionais.....	338
3. Titulares, destinatários e efeitos jurídicos .....	340
4. Restrições.....	341
a. Conceito de restrição .....	341
b. Fundamentos de restrição .....	343
c. Limites das restrições.....	344
d. Restrição através da regulação profissional.....	345
e. Restrição através das vantagens sociais .....	346
f. Restrição através do estatuto fiscal.....	347
E. Direito de estabelecimento .....	349
1. Âmbito de proteção e conceito de estabelecimento .....	349
a. Atividade autónoma e estável .....	350
b. Natureza transfronteiriça.....	351
c. Funções de autoridade pública.....	351
2. Programa normativo.....	352
a. Profissionais liberais.....	352
b. Exercício da atividade da advocacia .....	353
c. Setor dos serviços.....	353
d. Direito das sociedades .....	354
e. Igualdade e não discriminação.....	356
3. Titulares, destinatários e efeitos jurídicos .....	356
4. Restrições.....	359
a. Conceito de restrição .....	359
b. Fundamentos de restrição .....	360

c. Limites das restrições .....	362
d. Proibição de discriminação fiscal .....	363
F. Liberdade de prestação de serviços .....	365
1. Âmbito de proteção e conceito de prestação de serviços.....	366
a. Conotação e denotação da prestação de serviços .....	367
b. Elemento transfronteiriço .....	369
c. Prestação de serviços e as outras liberdades .....	370
2. Programa normativo .....	371
a. Princípio da origem limitado .....	372
b. Coordenação e reconhecimento .....	373
c. Prestação de serviços e direitos fundamentais .....	374
d. Regulação das profissões liberais .....	374
e. Proibição de discriminação .....	376
f. Proibição de discriminação e contratos públicos.....	376
3. Titulares, destinatários e efeitos jurídicos .....	379
4. Restrições.....	380
a. Conceito de restrição .....	380
b. Fundamentos das restrições .....	381
c. Limites das restrições.....	383
G. Prestação de serviços e segurança social.....	385
1. Livre circulação de capitais.....	386
2. Âmbito de proteção .....	387
2. Programa normativo .....	389
3. Titulares, destinatários e regime jurídico .....	390
4. Restrições.....	391
a. Conceito de restrição .....	391
b. Fundamentos das restrições .....	392
c. Limites das restrições.....	395
d. Restrições e discriminações fiscais .....	398
VI. Bibliografia.....	401

CAPÍTULO VI  
MERCADO INTERNO E DIREITO DA CONCORRÊNCIA

I. Mercado interno, direito da concorrência e direitos fundamentais .....	405
II. Competência no domínio do direito da concorrência .....	407
III. Direito da concorrência.....	407
A. Direito originário.....	408

•

B. Direito derivado .....	408
C. Direito nacional .....	409
<b>IV. Âmbito de aplicação .....</b>	<b>409</b>
A. Âmbito pessoal .....	409
1. Empresas .....	410
2. Empresas estaduais .....	410
3. Estados-Membros .....	410
4. Instituições da UE.....	411
B. Âmbito material .....	411
C. Âmbito territorial.....	412
<b>V. Aplicação do direito da concorrência .....</b>	<b>413</b>
A. TJUE e Comissão.....	414
B. Comissão e autoridades nacionais .....	415
C. Comissão e tribunais nacionais .....	415
D. Autoridades nacionais e tribunais nacionais.....	416
E. TJUE e tribunais nacionais .....	417
<b>VI. Mercado relevante .....</b>	<b>417</b>
A. Critério do produto.....	418
B. Critério geográfico .....	419
C. Critério temporal .....	419
<b>VII. Acordos entre empresas .....</b>	<b>420</b>
A. Proibição de cartéis.....	420
B. Tipos de acordos entre empresas.....	421
C. Derrogações legais à proibição de acordos entre empresas .....	423
<b>VIII. Abuso de posição dominante.....</b>	<b>425</b>
A. Conceito.....	425
B. Modalidades.....	426
C. Critérios de análise .....	428
<b>IX. Controlo das infrações das empresas.....</b>	<b>429</b>
A. Denúncia e prova .....	430
B. Controlo da Comissão .....	432
1. Verificação da infração .....	432
2. Poderes de inquérito.....	432
3. Medidas provisórias.....	434
4. Compromissos e transações .....	434

5. Declaração de não aplicação das proibições dos artigos em causa .....	435
6. Audiência e defesa .....	435
7. Soluções para pôr termo à infração .....	437
8. Poderes sancionatórios.....	438
<b>C. Controlo nacional.....</b>	<b>439</b>
1. Aplicação privada .....	441
<b>X. Concentrações.....</b>	<b>441</b>
A. Fundamento jurídico.....	442
B. Âmbito de aplicação.....	443
C. Mecanismos de concentração .....	444
D. Dimensão das concentrações .....	445
E. Princípios de análise das concentrações.....	446
F. Controlo das concentrações.....	448
1. Controlo europeu.....	448
a. Competência da Comissão.....	448
b. Objeto de controlo.....	448
c. Notificação prévia e início do processo.....	449
d. Suspensão da concentração.....	450
e. Poderes de inspeção e inquérito .....	450
f. Decisões da Comissão .....	451
g. Aplicação de sanções.....	453
h. Impugnação judicial.....	454
2. Controlo nacional.....	456
<b>XI. Empresas públicas .....</b>	<b>457</b>
A. Finalidades de interesse geral.....	457
B. O regime das empresas públicas .....	458
C. Conceito de empresa pública e direitos especiais .....	458
D. Serviços de interesse económico geral .....	460
E. Poderes da Comissão.....	461
<b>XII. Auxílios de Estado.....</b>	<b>461</b>
A. A proibição dos auxílios de Estado .....	462
1. O conceito de auxílio de Estado.....	463
2. Distorção da concorrência .....	465
3. Afetação do comércio entre Estados.....	466
B. Exceções .....	467
1. Exceções legais.....	467
2. Exceções discricionárias .....	468



C. Quadro institucional.....	469
1. Poderes da Comissão .....	469
2. Poderes do Conselho.....	469
3. Aplicação a nível nacional .....	470
D. Os processos dos auxílios de Estado.....	471
1. Controlo dos auxílios .....	471
a. Obrigação de notificação e proibição de execução.....	471
b. Início e instrução do procedimento .....	472
c. Suspensão do procedimento .....	473
d. Decisão da Comissão.....	473
e. Incumprimento .....	474
2. Exame dos auxílios existentes .....	474
3. Recuperação dos auxílios .....	475
a. Recuperação provisória.....	475
b. Recuperação definitiva.....	476
b.1. Decisão de recuperação.....	476
b.2. Determinação da entidade beneficiária .....	476
b.3. Montante a recuperar .....	477
b.4. Limites à recuperação .....	477
XIII. Bibliografia.....	478

## CAPÍTULO VII

## ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA

I. Origem e desenvolvimento .....	481
II. Enquadramento institucional, normativo e financeiro.....	483
III. Delimitação e proteção da fronteira externa .....	484
A. O espaço Schengen.....	485
B. Modalidades de entrada.....	486
1. Sistema de Informação Schengen.....	487
2. EURODAC.....	487
3. Vistos .....	487
4. Asilo.....	488
5. Imigração .....	490
C. Residência legal e permanência ilegal.....	491
1. Entrada e permanência .....	491
2. Residência .....	492
3. A ilegalidade e retorno.....	492

•

D. O controlo da fronteira externa .....	493
1. Estados-Membros .....	493
2. Frontex e Guarda Europeia de Fronteiras e Costeira .....	493
<b>IV. Abolição de fronteiras internas .....</b>	<b>495</b>
A. A liberdade de circulação e as suas implicações e limitações.....	495
B. Segurança interna europeia.....	498
1. Cooperação judiciária em matéria civil .....	498
2. Cooperação judiciária em matéria penal.....	499
3. Mandado de Detenção Europeu .....	500
4. Decisão Europeia de Investigação.....	502
5. Europol .....	503
6. Eurojust.....	504
7. Cepol.....	505
8. Agência dos Direitos Fundamentais.....	506
9. Rede judiciária europeia .....	506
10. Acordos com terceiros Estados .....	507
C. Procuradoria Europeia.....	507
<b>V. Bibliografia .....</b>	<b>509</b>

**CAPÍTULO VIII**  
**A RESPONSABILIDADE NO DIREITO**  
**DA UNIÃO EUROPEIA**

<b>I. Introdução.....</b>	<b>511</b>
<b>II. Responsabilidade, cidadania europeia e direitos fundamentais.....</b>	<b>512</b>
<b>III. Responsabilidade da UE.....</b>	<b>513</b>
A. Considerações gerais .....	513
B. Responsabilidade internacional.....	513
C. Responsabilidade extracontratual.....	514
1. Princípios gerais comuns aos Estados-Membros .....	514
2. Ilegalidade imputável às instituições .....	515
a. Violação suficientemente caracterizada .....	515
b. Normas superiores .....	517
c. Proteção do particular .....	517
3. Condutas geradoras de responsabilidade.....	518
a. Instituições, organismos e órgãos.....	518
b. Agentes.....	518
c. Banco central europeu.....	519

4. Dano .....	519
5. Nexo de causalidade .....	520
6. Tribunal competente .....	521
7. Prazo .....	521
8. Dever de indemnizar.....	522
D. Responsabilidade contratual.....	522
<b>IV. Responsabilidade dos Estados .....</b>	<b>524</b>
A. Fundamento da responsabilidade .....	524
B. Efetivação da responsabilidade pelos tribunais nacionais .....	526
1. Exame dos pressupostos de responsabilidade .....	527
2. Exame das demais questões de responsabilidade .....	528
3. Intervenção do TJUE .....	529
C. Pressupostos da responsabilidade .....	529
1. Imputação da conduta ao Estado .....	529
2. Violação do direito da UE .....	530
a. Não transposição de diretivas.....	531
b. Violação do direito da UE por ação .....	533
c. Violação do direito da UE por omissão.....	534
3. Dano .....	535
4. Nexo de causalidade .....	536
5. Dever de indemnizar.....	536
6. Tutela cautelar .....	537
V. Responsabilidade dos particulares.....	539
VI. Bibliografia.....	542

## CAPÍTULO IX ESTRUTURAS JURISDICIONAIS DE GARANTIA E CONTROLO

I. A jurisdição da UE.....	545
1. Jurisdição constitucional.....	546
2. Jurisdição administrativa.....	547
3. Jurisdição internacional.....	548
4. Jurisdição cível.....	549
II. Órgãos jurisdicionais da UE.....	549
A. Tribunal de Justiça da UE .....	550
1. Relevância institucional .....	550
2. Estrutura organizatória .....	551
B. Tribunal Geral.....	552

	•	
C. O processo no TJ e no TG.....		554
D. Tribunais especializados .....		556
E. Juízes .....		558
1. Independência e competência.....		558
2. Nomeação .....		558
3. Mandato.....		559
F. Advogados Gerais.....		560
<b>III. Os tribunais nacionais como tribunais da UE.....</b>		<b>561</b>
A. Tribunais comuns.....		561
B. Tribunal Constitucional .....		564
1. O controlo de constitucionalidade.....		566
2. Controlo de legalidade da UE.....		568
3. O direito derivado da UE .....		569
4. Direito derivado da UE como parâmetro .....		570
5. Direito derivado da UE como objeto .....		570
<b>IV. Competências e meios processuais .....</b>		<b>571</b>
A. Competência contenciosa.....		572
1. Ações por incumprimento.....		572
a. Natureza jurídica .....		573
b. Legitimidade processual ativa.....		573
b.1. Comissão.....		574
b.2. Estados.....		574
b.3. A queixa dos particulares.....		575
c. Objeto da ação de incumprimento.....		576
d. Processo .....		578
d.1. Fase Administrativa .....		579
d.2. Fase Judicial.....		581
d.3. Sentença .....		582
d.4. Execução da sentença .....		583
2. Ação de anulação.....		587
a. Introdução.....		587
b. Articulação com outros meios processuais .....		588
c. Competência.....		589
c.1. Competência do TG .....		589
c.2. Competência do TJ .....		590

d. Legitimidade processual .....	590
d.1. Legitimidade ativa.....	590
d.1.1. Legitimidade privilegiada.....	590
d.1.2. Legitimidade restrita.....	592
d.2. Legitimidade processual passiva.....	593
e. Ações interpostas por particulares.....	594
e.1. Pressupostos de legitimidade.....	594
e.2. Interesse em agir .....	596
e.3. Impugnação de normas de alcance geral .....	599
f. Prazo de interposição da ação.....	606
g. Tutela cautelar.....	609
h. Controlo.....	610
h.1. Objeto de controlo .....	610
h.2. Operações e vícios de controlo.....	614
h.3. Intensidade do controlo .....	617
i. Sentença judicial e sanções do controlo.....	618
i.1. Nulidade.....	618
i.2. Efeitos <i>inter partes</i> .....	619
i.3. Efeitos <i>erga omnes</i> .....	620
i.4. Efeitos <i>ex tunc</i> .....	621
i.5. Execução do acórdão .....	623
3. Excepção de ilegalidade.....	624
a. Introdução.....	624
b. Articulação com outros meios processuais.....	625
c. Objeto e operações de controlo.....	625
d. Legitimidade processual ativa.....	626
e. Processo.....	627
f. Sentença .....	627
4. Controlo das omissões.....	628
a. Introdução.....	628
b. Articulação com outros meios processuais.....	629
c. Competência.....	630
c.1. Competência do TG .....	630
c.2. Competência do TJ .....	630
d. Legitimidade processual .....	631
d.1. Legitimidade processual ativa.....	631
d.2. Legitimidade processual passiva.....	632

## ÍNDICE

•	
e. Pressuposto pré-processual.....	632
f. Interposição da ação judicial.....	634
g. Controlo.....	635
g.1. Objeto de controlo .....	635
g.2. Operações e vícios do controlo.....	636
h. Sentença e execução.....	637
B. Competência prejudicial.....	638
1. Introdução.....	638
2. Cooperação judicial .....	639
3. Funções do reenvio prejudicial .....	640
4. Objeto do reenvio prejudicial .....	641
a. Reenvio de interpretação .....	642
b. Reenvio de validade .....	643
5. Órgãos jurisdicionais de reenvio dos Estados-Membros .....	644
6. Competência do TJUE para apreciação do reenvio.....	647
7. Relevância da questão.....	648
8. Tipos de reenvio.....	649
a. Reenvio facultativo .....	650
b. Reenvio obrigatório .....	651
9. Processo de reenvio.....	655
10. Tutela de urgência.....	656
a. Tutela cautelar.....	657
b. Tramitação acelerada .....	659
c. Tramitação urgente .....	659
11. A sentença do TJUE.....	660
a. Sentença de interpretação .....	660
b. Sentença de invalidade .....	662
C. Competência consultiva .....	663
V. Bibliografia .....	664
Índice.....	669



**GESTLEGAL**

[www.gestlegal.pt](http://www.gestlegal.pt) • [editora@gestlegal.pt](mailto:editora@gestlegal.pt)